CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N°: 206/69 - CEE.

INTERESSADO: FMCEA DE OSASCO.

ASSUNTO : Admissão de portadores de diplomas de curso superior,
ao curso de

Ciências Administrativas.

RELATOR : Conselheiro OSWALDO MULLER DA SILVA.

P A R E C E R N° 173/69-CES

A lei federal n° 4.769, de 9 de setembro de 1965, dispondo sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, contem o seguinte preceito:

"Art. 3° - O exercício da profissão de Técnico de Administração é privilégio:

a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961."

O Egrégio Conselho Federal de Educação fixou através de parecer do eminente Conselheiro Durmeval Trigueiro e da Resolução publicada no DO de 25.8.66, o currículo mínimo do curso de habilitação à carreira em apreço.

Diz o parecer, em certo trecho:

"Introduz-se no currículo a inovação da habilitação profissional através de cursos especiais de graduação, de duração de terminada, para diplomados em outros cursos superiores que tenham certo grau de afinidade com o curso de administração. Os diplomados em economia, engenharia, ciências sociais, arquitetura e direito poderão graduar-se em técnicos de administração pública ou de empresas a pós realizarem o curso de Administração nos termos do Projeto incluído neste Parecer.

A conveniência de tal solução procede dos seguintes fatos:

1) a necessidade de ampliar o quadro de profissionais competentes no campo da administração; 2) a circunstancia de funções administrativas, particularmente no setor privado, já virem sendo ocupadas, predominantemente, por representantes de algumas daquelas categorias; 3) a especial facilidade que o background cultural e profissional representado pelas referidas carreiras oferece à formação de administrador."

Em resultado dessa orientação, a Resolução, em seu art. 4°, estabeleceu que "poderão obter a graduação em Administração os diplomados em Economia, Engenharia, Direito, Ciências Sociais e em Cursos de Contador e de Atuário, desde que venham a cursar as matérias

do currículo de Administração que não tenham figurado em seu curso anterior". E o parágrafo único, do mesmo artigo, atribuía às Escolas o encargo de "estabelecer critérios flexíveis de aproveitamento do preparo obtido pelo aluno em seu curso anterior, especialmente quanto aos programas de estudos já realizados, com a respectiva duração e nível". ("Documenta" 56- julho-1966-pág. 60).

Agora, vem à aprovação desta Gamara projeto de resolução da Faculdade Municipal de Ciências Económicas e Administrativas de Osasco, por meio da qual pretende esse estabelecimento de ensino valer-se da faculdade concedida pelo art. 4º e parágrafo único, da Resolução.

A nosso ver, a proposição deve ser aprovada, por estar conforme com a lei e sua complementação pelo Egrégio Conselho Federal de Educação.

Em 11 de abril de 1969.

(as) Conselheiro OSWALDO MULLER DA SILVA
= RELATOR =